

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010859-70.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ADEMARO MOREIRA ALVES**
 Requerido: **ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS REUNIDAS LTDA - UNICEP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que iniciou o Curso de Direito na FADISC e que depois o transferiu à ré.

Alegou ainda que a ré passou a reprová-lo com notas baixas em diversas disciplinas, que elencou, de sorte que as cursou novamente mediante pagamento de R\$ 200,00 por matéria.

Como não haveria justificativa a tanto, almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

A ação é claramente improcedente.

Com efeito, afasta-se de pronto a possibilidade de ser analisado nesta sede se as reprovações do autor foram corretas ou não.

Muito embora o volume delas seja forte indicativo da falta de aproveitamento mínimo a cargo do autor, inexistente perspectiva para que aqui se examine com maior profundidade o assunto, até porque avaliação de tal natureza extravasa a esfera de atuação deste Juízo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentada essa premissa, anoto que é descabido o pedido para devolução do montante pago pelo autor para cursar novamente as matérias em que foi reprovado.

Com efeito, esses valores cristalizaram a contraprestação devida aos serviços fornecidos pela ré, não se envolvendo nem mesmo em tese o enriquecimento sem causa desta ao recebê-los.

Ao contrário, isso sucederia na hipótese de sucesso da demanda na medida em que o autor teria usufruído de atividades sem que nada pagasse por elas, o que por óbvio é inaceitável.

Já a postulação para ressarcimento de danos morais está destituída de qualquer respaldo porque em momento algum ficou delineado de um lado o ato ilícito perpetrado pela ré e, de outro, o sofrimento excepcional do autor a partir daí.

Nada faz supor que o pleito no particular tivesse lastro mínimo a sustentá-lo, impondo-se sua rejeição.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 10 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**